

# AS MÚLTIPLAS FACES DA EXCLUSÃO NAS LUTAS PELA CIDADANIA<sup>1</sup>

*Ilse Scherer-Warren*

## APRESENTAÇÃO

Vamos fazer o caminho do universal ao particular, ou seja, tentar focar como a exclusão vem sendo colocada como questão universal por um movimento cidadão mundial e como ela se expressa nas formas particularizadas dos movimentos sociais no Brasil. Como suporte empírico para o primeiro caso, buscaremos elementos em discursos recorrentes nos Fóruns Sociais Mundiais (FSMs) I, II e III, ocorridos em Porto Alegre (2001, 2002 e 2003). Para o segundo, trataremos uma reflexão sobre o potencial de articulação entre categorias de movimentos sociais no Brasil, em suas lutas contra a exclusão social e pela cidadania. Todavia, para esse enfoque, há uma questão de fundo, no atual momento da trajetória dos movimentos sociais articulados em

redes locais ou globais: *como tratar a questão da diversidade num mundo de desigualdades sociais?*

Mais precisamente:

1. Como as diversas formas de exclusão social, expressão de diversidades e de discriminações que se referem a essas diversidades (de gênero ou sexualidade, étnicas, etárias, religiosas, etc.), cruzam-se com a exclusão socioeconômica (especialmente aquela denominada de “pobreza”)?
2. Como os movimentos sociais que lutam pela cidadania, em suas estratégias ou projetos emancipatórios, cruzam as várias dimensões de sua luta pela diversidade com o combate à exclusão socioeconômica (a pobreza)?

## POR QUE PARTIR DOS FSMS (I, II E III)?

1. Porque a tensão mencionada anteriormente, entre lutas pelo reconhecimento das diversidades e lutas contra as desigualdades, não só

<sup>1</sup> Palestra proferida no *Colóquio Internacional: Políticas Públicas, Pobreza e Exclusão Social*, UNIJUI, RS, nov. 2003.

tem perpassado os debates e as reflexões dos três FSMs, mas tem sido um elemento de tensão no interior do próprio fórum, o qual vem buscando formas de superação de algumas dessas tensões como, por exemplo, em relação à participação mais igualitária e democrática das mulheres, negros, índios e pobres (principalmente os últimos, ainda muito pouco presentes nesses fóruns).

2. O FSM é um caso emblemático do Movimento “antiglobalização”, e esse movimento como um todo (Marchas Mundiais, encontros, etc.) também tem enfrentado essa tensão.<sup>2</sup>
3. O FSM é um *processo continuado*, porque tem tido várias etapas de preparação e acontecimentos intermediários que articulam seus atores em redes. Mas é também um *momento* de reflexão intensa, concentrada, e que articula o agir local com o pensar global. Esse momento só existe porque o processo lhe dá vida e características. As particularidades dos vários movimentos sociais (MSs), em suas diversidades, encontram uma espécie de síntese no FSM. Por isso, o FSM pode ser tratado como um movimento universal (mesmo que multicolorido, diverso, fragmentado) que retrata as particularidades dos MSs.
4. Enfim, o FSM pode ser visualizado como uma estação nessa viagem transnacionalizada das redes de movimentos sociais. Como uma fotografia e um espetáculo, presta-se melhor à observação. Por isso, vamos começar por ele, para ir depois detalhando nossa reflexão.

#### OS FSMS DE PORTO ALEGRE (2001, 2002 e 2003)

O FSM é um movimento que se inicia com algo *reativo*, anti-Davos e “*contra a globalização*”

*neoliberal*” (esse é o primeiro lema do FSM). Aos poucos, vai firmando seu caráter *propositivo*, através do lema “*Um outro mundo é possível*”, que se desdobra em múltiplas possibilidades, como a do Planeta Fêmea, ou por um outro meio ambiente, um mundo sem fundamentalismos, com outras relações de trabalho, novas formas de democracia. Enfim, vem expressando toda a diversidade e as utopias dos MSs. O encontro dessa diversidade conduz os momentos reativos e propositivos a um momento de *auto-reflexividade crítica*, traduzido no FSM III pelo lema “*Contra o pensamento único*”. Trata-se de um novo olhar sobre si mesmo e de si, na relação com o outro, tanto de seu grupo identitário, de outras identidades de MSs e, até mesmo, na relação com seus supostos adversários.<sup>3</sup>

No *Simpósio sobre democracia, cidadania e poder político*, no FSM III, em sua síntese final, sobre os *Movimentos sociais no novo século*, chegou-se às seguintes questões conclusivas, que trazem elementos para nossas reflexões sobre os MSs no Brasil:

- Que democracia devemos buscar? Refletiu-se sobre as noções de pós-ditatorial, pós-colonial, e como estabelecer uma relação entre democracia participativa e formal.
- Como avaliar os direitos de democracia? Refletiu-se sobre o direito ao voto, à transparência dos Estados, ao controle do Estado pela sociedade civil e vice-versa.
- Como articular os espaços da democracia? Considerou-se a relação entre cotidiano e o espaço institucional, as relações entre novas formas de sociabilidade e projetos emancipatórios e as formas de interação entre o local, o nacional e o global.
- Como superar as diferentes dimensões do “pensamento único” (neoliberal)? Considerou-se a possibilidade de se desenvolverem alternati-

<sup>2</sup> Além disso, como casos concretos, os FSMs I, II e III estiveram bem próximos de nós, porque ocorreram no Brasil, e tive a oportunidade de estar presente, observar e participar ativamente nos três Fóruns. O FSM IV, todavia, ocorreu na Índia, em 2004, sendo que o FSM V retornará novamente a Porto Alegre, em janeiro de 2005.

<sup>3</sup> Lembro de Emir Sader e outros, na síntese conclusiva de um simpósio, frisando que deveríamos nos opor à política bélica americana, mas não ao povo americano como um todo, mesmo porque muitos seriam companheiros de luta pela paz e outros poderiam vir a ser.

- vas pluralistas e menos estigmatizadas em relação ao diferente; de se pensar a partir do local, mas sempre considerando o encontro multicultural do local com o global.
- Como desconstruir a sociedade civil global? Sugeriram-se práticas para uma sociedade de redes e, mais especificamente, como, através de redes da sociedade civil, construir uma carta de democracia global.<sup>4</sup>
  - Finalmente, questionou-se sobre o que significa um antigo e um novo movimento social. Concluiu-se que o que era novo, no ciclo de lutas dos anos 70-80, não significa ser “novo” hoje. Esse “novo” implica hoje novas gerações em idade e em luta política, em menos tensão entre movimento sindical e outros movimentos sociais, na relação entre as questões sociais e políticas e em convergências a partir das diferenças e pluralismo.
  - E, poderíamos acrescentar a esses questionamentos: como pensar as possibilidades de convergências de lutas contra as várias formas de exclusão (econômica, social, política, cultural)? Essas considerações merecem um aprofundamento, e aqui queremos tratá-las a partir da seguinte questão: **Como lutar contra a exclusão e por uma outra forma de inclusão?**

Ontem, no século passado, os movimentos sociais mais clássicos, como os sindicatos e organizações classistas, tinham como centralidade da luta o aspecto econômico e como utopia o *igualitarismo*. Mas o perigo interno que enfrentavam era o desenvolvimento do *corporativismo*, e com isso apresentavam certa indiferença, fechamento e tensão em relação a outros grupos identitários de movimentos sociais.

Mas, também, os novos movimentos sociais (NMSs), a partir da década de 1970, centralizaram suas lutas em torno das *diferenças* dos grupos identitários (feministas, ecologistas, étnicos, etc.). O perigo que enfrentaram foi o desenvolvimento de *essencialismos das diferenças identitárias*, sem também, muitas vezes, abertura para a diversidade.<sup>5</sup>

Já hoje, no século XXI, o grande desafio que se propõe aos novos movimentos sociais é como aproximar e articular as lutas pela igualdade com as lutas pelo respeito à diversidade, como trabalhar por uma *inclusão não excludente* e como levar em conta as diversidades locais, o multiculturalismo, as diferentes formas de agir, com a busca de entendimentos mais globais, valores mais universalizáveis. E ainda: como traduzir os anseios, os desejos, as lutas, os projetos e as utopias locais em princípios mais universais, sem correr o risco de capitulação da condição de sujeito, uma vez que o universal que se torna totalitário aniquila a condição de sujeito livre. Dessa forma, o quadro a seguir sintetiza a inclusão de novos ideários para o século XXI, somando-se aos ideários clássicos do século XX.

Não se trata, portanto, de abandonar os valores universais dos movimentos sociais do século passado, mas de incluir novas dimensões que representam melhor a complexidade do social. Como incluir os mais discriminados dos excluídos? Como desenvolver políticas de inclusão com respeito às diversidades e preservar a

**Quadro 1 - Os desafios para os novos movimentos sociais do século XXI**

NÍVEIS / TRAJETÓRIAS	Econômico Social	Político	Cultural
Século XX	Igualdade +	Democracia +	Diversidade +
Século XXI	Inclusões diversas	Pluralismo	Reconhecimento

<sup>4</sup> Deve ser lembrado que o próprio FSM tem apenas uma Carta de Princípios.

<sup>5</sup> Às vezes, os que não se identificavam com essas lutas rotulavam esses novos grupos, pejorativamente como “os outros”, os “eco-chatos”, as “feministas”, com desqualificações diversas”, frutos de reações a esses essencialismos.

condição de sujeitos de suas histórias pessoais e coletivas?

Para enfrentar essa condição, em nosso país, devemos sempre lembrar também que a exclusão social é *racializada, engendrada, etarizada e espacializada*, ou seja, tem cor, gênero ou sexo, idade e localização. A pobreza mais extrema tende a ser preta, feminina, bastante jovem ou idosa e localiza-se nas periferias urbanas e nos bolsões de economia de subsistência rural.

Assim sendo, será apenas através de uma ação conjunta, articulada pelas várias forças da sociedade civil organizada e em parceria com um governo democrático, aberto a esse potencial e sensível à transformação social, que esse desafio poderá ser enfrentado.

O quadro a seguir traz uma síntese sobre o potencial da sociedade civil organizada, nesta virada do século, para fazer frente às múltiplas formas de exclusão social. Porém algumas observações devem ser feitas para a leitura desse quadro.

- O fenômeno da exclusão/inclusão não constitui uma condição absoluta, mas relativa e relacional, podendo-se observar uma maior ou menor exclusão/inclusão social (são *dois parâmetros* de medidas de um mesmo fenômeno), bem como diferentes gradações de cada tipo de inclusão/exclusão de um ator ou grupo, devendo-se sempre levar em conta a que dimensão das relações sociais estamos nos referindo (de cunho econômico, social, cultural ou político).

- Tendo-se clareza a respeito de que exclusão (ou

Quadro 2 -Atores, Exclusão/Inclusão e Lutas pela Cidadania

ATORES	FORMAS DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO	CIDADANIA	MOVIMENTO DE REFERÊNCIA	REDES PELA CIDADANIA
I. "Os Pobres"	<i>Exclusão socioeconômicas e subintegração</i>	<i>Subcidadania</i>	Alvo da assistência e caridade	Redes de assistência
Trabalhador Informal	Trabalho não legalizado	<i>Subcidadania Sem seguridade social</i>	Política de rua	Redes locais de subcidadãos
Sem Terra	Trabalho temporário	<i>Cidadania Política "Sem terra" ou "Sem Teto"</i>	"Movimento de massas politizadas"	Redes políticas ativas e articuladas entre si e com atores translocais
População sem moradia fixa	Moradia temporária			
II. Moradores e Trabalhadores "Fixos"	Assalariados, cooperativados, autônomos (le-gais)	<i>Cidadania Regulada</i> Direitos Trabalhistas Seguridade social	Associativismo civil Sindicalismo cidadão	Redes comunitárias Redes políticas de múltiplas identidades
III Atores dos Novos Movimentos Sociais (NMS)	Mulheres, minorias étnicas, crianças de rua, idosos, etc.	<i>Cidadania dos Diretores de 3ª Geração</i> Gênero, étnica/racial, culturais, ambientais, etc.	NMS Feminismo, Movimento Negro, MMR, Movimento de idosos, Movimentos ecológicos e outros	Redes identitárias/transidentitárias, Feminismo pop. Ecologia dos pobres, Mulheres negras, etc.
IV. Mediadores políticos transnacionais	Militantes de ONGs, Sind. Cidadão, Intelectuais orgânicos, Mídia alternativa, etc.	<i>Cidadania Planetária</i> Identidades políticas: - Antiglobalista - Interculturalista - Antiexclusão, etc.	Movimentos transnacionais pela cidadania - Movimento Anti-global - Movimento pela Paz, - FSMs	- Redes identitárias transnacionais - Manifestações simbólicas massivas



MOVIMENTO CIDADÃO MUNDIAL

- exclusões) estamos falando, devemos verificar como ocorrem as *possibilidades cumulativas* de diferentes formas de exclusão (por exemplo, mulher, negra, pobre).
- Devemos ainda considerar a *qualidade e a dramaticidade* das diferentes formas de exclusão, sua *complexidade e complicações*. Enfim, observar as relações sociais do ator “excluído” em sua temporalidade histórica e localização territorial.<sup>6</sup>
  - Por fim, verificar quais as *forças sociais organizadas* da sociedade civil e que movimentos sociais podem contribuir para a luta contra a exclusão social. Eis o que tentamos representar no quadro.

### **EXCLUSÃO/INCLUSÃO E LUTAS PELA CIDADANIA: o empoderamento dos movimentos sociais e as conotações do discurso político**

1. Quando nos referimos ao ator social simplesmente como *pobre*, estamos pressupondo uma condição de exclusão socioeconômica, de subcidadania, sem possibilidade de mobilização social e, por isso, tratado como população alvo da assistência social e da caridade. Nas redes de assistência, esse ator tende a ocupar um lugar de agente passivo, como na Comunidade Solidária e, às vezes, no Programa Fome Zero.

Por sua vez, o trabalhador informal, com trabalho não legalizado – mas que apresenta alguma regularidade ou continuidade em suas estratégias de sobrevivência, como os vendedores de rua, camelôs, biscateiros etc. – e os indivíduos que enfrentam a situação do desemprego e também uma condição de subcidadania, sem seguridade social de qualquer natureza na maioria das vezes, quando ameaçados em sua sobrevivência, podem vir

a formar manifestações de rua (ou “política de rua”, cf. Bayat),<sup>7</sup> organizando-se através de redes locais de indivíduos que vivem uma mesma situação de precariedade, como nas manifestações de camelôs ou saques de desempregados.

Por outro lado, já os Sem Terra e os Sem Teto – muitas vezes oriundos de uma inclusão social precária, com trabalho ou moradia apenas temporários, mas que, através de seu engajamento político, passam a construir sua cidadania política, participando de movimentos de massas politizadas e como atores de redes politicamente ativas passam a se articular, através de suas redes de referência política mais direta, com redes de outros movimentos sociais. Nesse momento, essa participação em redes translocais, transidentitárias possibilita criar bases para uma luta mais ampla contra a exclusão social.

2. Quando nos referimos aos *trabalhadores e moradores fixos* como os assalariados, cooperativados ou autônomos legais, já podemos falar de uma cidadania regulada, com direitos trabalhistas definidos e com alguma seguridade social. Esses trabalhadores tendem a se organizar em sindicatos ou em diferentes formas de associações civis comunitárias de defesa de diferentes interesses. Através de sua participação em redes comunitárias ou políticas de múltiplas identidades, alguns desses atores também poderão se tornar sujeitos de lutas contra a pobreza ou contra diferentes formas de exclusão ou discriminação social, vindo a se articular com as redes que operam nesses diferentes níveis e que tiveram sua expressão universalizante nos FSMs, conforme já foi mencionado.
3. Os *atores dos NMS*, que enfrentam problemas de exclusão ou de inclusão com precariedade, devido à sua condição feminina, étnica, etária ou de outra natureza, sujeitos a dis-

<sup>6</sup> Sobre essas dimensões do social a partir de uma perspectiva de análise de redes de movimentos sociais, vide Scherer-Warren, 2004, (no prelo).

<sup>7</sup> Vide Scherer-Warren, 2003.

criminações ou desigualdades sociais, ao se organizarem através de seus movimentos específicos (feminismo, negro, ecológico, idosos, etc.) irão lutar pelos denominados “direitos de 3ª geração”, isto é, de gênero, racial, cultural, ambiental e outros. Todavia, quando começam a participar também de redes transidentitárias, poderão desenvolver movimentos sociais que cruzam múltiplas formas de exclusão, aproximando as lutas pelo respeito à diversidade com as lutas contra a desigualdade, como as de um feminismo popular, de uma ecologia dos pobres, de um movimento de mulheres negras e assim por diante.

4. Finalmente, os *mediadores políticos transnacionais*, representados por militantes de ONGs e de sindicatos cidadãos, por intelectuais orgânicos, pela mídia alternativa, serão porta-vozes de uma cidadania planetária e das identidades políticas que lutam por uma outra globalização, anti-exclusão e pelo respeito ao multiculturalismo dos povos. Esses atores têm sido elos importantes na articulação dos movimentos antiglobalização, pela paz, e dos FSMs. Articulando as múltiplas redes identitárias mencionadas acima, formando redes transnacionais e se expressando através de manifestações simbólicas massivas, como as Grandes Marchas, vão dando um caráter universal às lutas particularizadas dos vários segmentos dos movimentos sociais locais. Temos aí, portanto, a emergência de um movimento cidadão mundial, mais alicerçado em iniciativas cidadãs locais, e que vem aproximando as lutas pelo direito às diferenças com a luta por uma maior igualdade, onde as múltiplas faces da exclusão social podem vir a ser consideradas e, gradativamente, passarem a ser objeto das políticas públicas. Encontram-se aí, na articulação desse movimento com as forças organizadas mencionadas acima (nos itens I a III), alguns potenciais relevantes para a articulação das políticas da igualdade e da diferença e, por-

tanto, do enfrentamento das *múltiplas faces da exclusão social*.

Em outras palavras, consideramos que um projeto político que vise à superação das múltiplas faces da exclusão social precisa contar com a articulação em rede dos diversos atores organizados da sociedade civil – que representam as várias lutas contra a discriminação e(ou) contra a desigualdade – e cuja rede tem base no plano local, mas se conecta com os planos regionais, nacionais e transnacionais.

(Recebido para publicação em janeiro de 2004)

(Aceito em abril de 2004)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAYAT, Asef. From “dangerous classes” to “quiet rebels”: politics of the urban subaltern in the Global South. *International Sociology*, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 533-557, 2000.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. *Environmental justice (local and global), and ecological distribution conflicts*. Quito: 1995. (paper).
- MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Trad. de Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva, 1996.
- ROSSIAUD, Jean; SCHERER-WARREN, Ilse. *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCHERER-WARREN, Ilse *et al.* *Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa: Florianópolis: Socius/Edufsc, 2000.
- SCHERER-WARREN, Ilse. A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão. *Revista Política & Sociedade*. Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, n. 3, 2003.
- \_\_\_\_\_. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério L. L. da. *Redes, territórios e sociedades*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004 (no prelo).
- TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia/Ed. 34, 2001.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Ed. da Unicamp/Trajatória, 1989.
- VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.